



SPE Costa das Dunas Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	18
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	19
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	20
(9) OUTROS ATIVOS	20
(10) IMOBILIZADO	21
(11) FORNECEDORES	21
(12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22
(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	24
(14) PROVISÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.....	24
(15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
(17) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	25
(18) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	26
(19) RESULTADO FINANCEIRO	26
(20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	26
(21) SEGUROS.....	27
(22) GESTÃO DE RISCOS.....	27
(23) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29
(24) COMPROMISSOS	31

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SPE Costa das Dunas Energia S.A. (“Costa das Dunas” ou “Companhia”), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar.

Para mais informações, acesse a nossa [Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão](#).

Ressaltamos que o Grupo CPFL, em virtude do segmento que atua, conta com um mecanismo de compartilhamento de pessoas entre as sociedades do grupo, portanto, para uma visão completa a respeito da diversidade no Grupo CPFL, recomenda-se que a análise das informações aqui disponíveis seja realizada em conjunto com as informações disponibilizadas no relatório da administração da CPFL Energia e no manual de participação das assembleias gerais ordinária e extraordinária da CPFL Energia.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2025, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresentou o Prejuízo operacional de R\$ 228, comparando com o lucro de R\$ 6.382 do exercício anterior. Do prejuízo apurado no exercício, a Companhia realizou a absorção parcial dos prejuízos por meio da reversão de reservas de lucros, sendo R\$ 1.492 da reserva legal e R\$ 3.257 da reserva estatutária.

A Administração

RICARDO FERNANDO FERREIRA

Gerente Financeiro Sênior

CRC 1SP321353/O-4

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
SPE Costa das Dunas Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento



SPE Costa das Dunas Energia S.A.

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



SPE Costa das Dunas Energia S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by

Lia Fonseca

Assinado por: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA 23243418838

CPF: 23243418838

Destinatário da Assinatura: 20 de março de 2026 | 11:10 BRT

© ICP-Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

© BR

Emissor: AC SERASA RFB v5

11:10 20/03/2026

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.758	1.115
Títulos e valores mobiliários	6	5.112	12.469
Concessionárias e permissionárias	7	1.839	1.525
Tributos a compensar	8	815	765
Outros ativos	9	3.561	1.357
Total do circulante		16.084	17.231
Não circulante			
Concessionárias e permissionárias	7	-	755
Tributos a compensar	8	165	161
Outros ativos	9	1.394	1.423
Imobilizado	10	111.166	114.996
Total do não circulante		112.725	117.335
Total do ativo		128.809	134.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	5.790	1.772
Empréstimos e financiamentos	12	2.888	2.944
Tributos a recolher	13	450	413
Dividendos	15	-	489
Outras contas a pagar		690	223
Total do circulante		9.818	5.841
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	47.968	50.775
Provisão para desmobilização de ativos	14	1.670	1.599
Total do não circulante		49.637	52.375
Patrimônio líquido			
Capital social	15	69.601	71.601
Reserva de Lucros	15	-	4.750
Prejuízos acumulados		(247)	-
		69.353	76.350
Total do passivo e do patrimônio líquido		128.809	134.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	16	19.629	17.915
Custo com serviços			
Custo com energia elétrica	17	(11.526)	(2.884)
Custo com operação		(8.331)	(8.649)
Depreciação e amortização	10	(5.508)	(5.888)
Outros custos com operação	18	(2.822)	(2.761)
Lucro operacional bruto		(228)	6.382
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(2)	(13)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2)	(2)
Outras despesas com vendas			(11)
Despesas gerais e administrativas		(1.921)	(1.169)
Outras despesas gerais e administrativas	18	(1.921)	(1.169)
Resultado do serviço		(2.150)	5.200
Resultado de participações societárias			
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	2.111	2.306
Despesas financeiras	19	(3.633)	(3.984)
		(1.522)	(1.678)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		(3.672)	3.522
Contribuição social	20	(411)	(410)
Imposto de renda	20	(914)	(1.053)
		(1.325)	(1.463)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(4.997)	2.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(4.997)</u>	<u>2.059</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(4.997)</u>	<u>2.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Lucros e prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva Estatutária	Dividendos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	77.601	1.390	-	1.790	6.090	-	86.870	
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	2.059	2.059	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.059	2.059	
Mutações internas do patrimônio líquido	-	103	-	1.467	-	(1.570)	-	
Constituição de reserva legal	-	103	-	-	-	(103)	-	
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	1.467	-	(1.467)	-	
Transações de capital com os sócios	(6.000)	-	-	-	(6.090)	(489)	(12.579)	
Redução de capital	(6.000)	-	-	-	-	-	(6.000)	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(489)	(489)	
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	(6.090)	-	(6.090)	
Saldos em 31 de dezembro 2024	71.601	1.493	-	3.257	-	-	76.350	
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	(4.997)	(4.997)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.997)	(4.997)	
Mutações internas do patrimônio líquido	-	(1.493)	-	(3.257)	-	4.750	-	
Absorção de prejuízo do exercício	-	(1.493)	-	(3.257)	-	4.750	-	
Transações de capital com os sócios	(2.000)	-	-	-	-	-	(2.000)	
Redução de capital	(2.000)	-	-	-	-	-	(2.000)	
Saldos em 31 de dezembro 2025	69.601	-	-	-	-	(247)	69.353	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	2025	2024
Lucro e prejuízos antes dos tributos	(3.672)	3.522
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.508	7.076
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	2
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	2.680	3.246
Perda (ganho) na baixa de não circulante	311	-
Outros	-	28
	4.829	13.874
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	438	39
Tributos a compensar	(678)	(500)
Outros ativos operacionais	(342)	2.265
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.018	(1.625)
Outros tributos e contribuições sociais	970	146
Taxas regulamentares	-	1
Outros passivos operacionais	537	(393)
Caixa líquido gerado pelas operações	9.772	13.807
Encargos de dívidas pagos	(3.151)	(3.351)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.632)	(1.755)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.989	8.701
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(1.989)	(2.191)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(81)	(5.979)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	6.021	234
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	3.951	(7.936)
Atividades de financiamentos		
Redução de capital por acionistas não controladores	(2.000)	(6.000)
Amortização de principal de empréstimos	(2.808)	(2.836)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(489)	(8.119)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(5.297)	(16.955)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.643	(16.191)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.115	17.306
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.758	1.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE Costa das Dunas Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 07 de fevereiro de 2011, com sede na R Jorge de Figueiredo Correa, 1632 - Jardim Professora Tarcília – Campinas – São Paulo, com o propósito principal de implantar e explorar o potencial como produtor independente de energia elétrica a partir de fontes alternativas eólicas, instalada no Estado do Rio Grande do Norte.

1.1 Projeto de geração eólica:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração da energia eólica, iniciou as operações em 25 de junho de 2021.

Empreendimento	Data da resolução	Resolução original	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
SPE Costa das Dunas Energia S.A (“Costa das Dunas”)	01/01/2019	Portaria 001	35 anos	28,4

O prazo da autorização é contado a partir da data da sua assinatura.

1.2 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração dos parques eólicos sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo do ano, com a menor velocidade média dos ventos no primeiro semestre, que impacta diretamente nas quantidades de energia gerada.

1.3 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo;
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia;
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor;

O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada frente as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193.

1.4 Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (“MCSE”) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 20 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 23 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

Nota 12 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);

Nota 14 – Provisões para desmobilização de ativos

Nota 23 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 24). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA

como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 23.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com “problemas de recuperação”. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 11,19% (10,62% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.6 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total faturado pela Companhia.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.10 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 23) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	32	100
Aplicações financeiras	<u>4.726</u>	<u>1.015</u>
Títulos de crédito privado (a)	-	45
Fundos de investimento (b)	<u>4.726</u>	<u>970</u>
Total	<u>4.758</u>	<u>1.115</u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 93,29% do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”) (100,76% em 31 de dezembro de 2024).

(b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Títulos e valores mobiliários		
Através de fundos de investimentos	<u>5.112</u>	<u>12.469</u>
Total	<u>5.112</u>	<u>12.469</u>

Em 31 de dezembro de 2025 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada é de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos		Total	
	<u>vincendos</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	1.302	2	1.304	1.007
Concessionárias e permissionárias	-	536	536	522
Total	<u>1.302</u>	<u>538</u>	<u>1.840</u>	<u>1.529</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(2)	(4)
Total			<u>1.838</u>	<u>1.525</u>
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE	-		-	755
Total	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>755</u>

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Referem-se às provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12	12
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12	12
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	164	118
ICMS a compensar	639	631
Programa de integração social - PIS	-	1
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	3
Outros tributos a compensar	803	753
Total circulante	815	765
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda a compensar - IRPJ	46	42
Imposto de renda e contribuição social a compensar	46	42
ICMS a compensar	119	119
Outros tributos a compensar	119	119
Total não circulante	165	161

IRPJ e CSLL a compensar: Refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real.

IRRF: Refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

PIS e COFINS: Refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

ICMS a compensar: Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

(9) OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.255	1.423
Contas a Receber - Intercompany	1.109	1.109
Despesas antecipadas	316	126
Outros	274	122
Total	4.955	2.780
Circulante	3.561	1.357
Não Circulante	1.394	1.423

Cauções, fundos e depósitos vinculados: Refere-se a conta reserva constituída de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Contas a Receber - Intercompany: Saldo decorrente de acerto com terceiros, pendente de equalização entre empresas do grupo.

(10) IMOBILIZADO

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2024	7.031	105.327	-	2.638	114.996
Custo histórico	8.044	126.379	-	2.638	137.061
Depreciação acumulada	(1.013)	(21.052)	-	-	(22.065)
Adições	-	-	-	1.762	1.762
Baixas	(84)	-	-	-	(84)
Transferências	1.531	17	10	(1.559)	(0)
Depreciação	(321)	(5.187)	-	-	(5.508)
Saldo em 31/12/2025	8.157	100.157	10	2.841	111.166
Custo histórico	9.491	126.396	10	2.841	138.738
Depreciação acumulada	(1.334)	(26.239)	-	-	(27.573)

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2023	7.436	112.242	447	120.125
Custo histórico	8.173	126.378	447	134.998
Depreciação acumulada	(737)	(14.136)	-	(14.873)
Adições	-	-	2.191	2.191
Baixas	(244)	-	-	(244)
Depreciação	(276)	(6.916)	-	(7.192)
Baixa da depreciação	116	-	-	116
Saldo em 31/12/2024	7.032	105.326	2.638	114.996
O que eCusto histórico	8.045	126.378	2.638	137.061
Depreciação acumulada	(1.013)	(21.052)	-	(22.065)

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia.

(11) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	3.501	631
Encargos de uso da rede elétrica	196	195
Materiais e serviços	2.093	946
Total	5.790	1.772

(12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
IPCA	54.254	(2.836)	3.095	(3.151)	51.362
Total ao custo	54.254	(2.836)	3.095	(3.151)	51.362
Gastos com captação (*)	(534)	-	28	-	(506)
Total	53.720	(2.836)	3.123	(3.151)	50.856
Circulante	2.944				2.888
Não Circulante	50.775				47.968

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
IPCA	57.058	(2.836)	3.383	(3.351)	54.254
Total ao custo	57.058	(2.836)	3.383	(3.351)	54.254
Gastos com captação (*)	(562)	-	28	-	(534)
Total	56.496	(2.836)	3.411	(3.351)	53.720
Circulante	2.913				2.944
Não Circulante	53.583				50.775

(*) Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os empréstimos e financiamentos vigentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem detalhamento conforme segue:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Faixa de vencimento		Garantia
		31/12/2025	31/12/2024	
Mensuradas ao custo				
- Moeda Nacional				
IPCA				
BNB	IPCA + de 1,36% a 1,48%	50.856	53.720	2025 a 2044 (i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
Total		50.856	53.720	

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$ mil</u>
2027	2.810
2028	2.810
2029	2.810
2030	2.810
2031	2.810
2032 a 2036	14.050
2037 a 2041	14.499
2042 a 2047	5.369
Total	<u>47.968</u>

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas subsidiárias da CPFL Renováveis exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
IRPJ	258	239
CSLL	116	108
IRPJ e CSLL a recolher	374	347
ICMS	-	-
PIS	11	11
COFINS	51	51
Outros	14	4
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	76	66
Total Circulante	450	413

13.1 Conciliação da provisão para impostos de renda e contribuição social

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para 2025 e 2024. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	(3.672)	(3.672)	3.522	3.522
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Efeito regime lucro presumido	8.242	7.326	1.034	690
Base de cálculo	4.570	3.654	4.556	4.212
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(411)	(914)	(410)	(1.053)
Total	(411)	(914)	(410)	(1.053)

(14) PROVISÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 11,19% (10,62% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões de desmobilização.

	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2025
Desmobilização de ativos	1.599	(79)	149	1.670
	1.599	(79)	149	1.670

	Saldo em 31/12/2023	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Desmobilização de ativos	1.734	(301)	165	1.599
	1.734	(301)	165	1.599

(15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está distribuída da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2025	
	Ações	Participação %
CPFL Energias Renováveis S.A.	9.578.035	95,14%
Nilton Leite da Fonseca Filho	488.966	4,86%
Total	10.067.001	100,00%

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 69.601 (R\$ 71.601 em 31 de dezembro de 2024), representado por 9.288.632 ações ordinárias nominativas (10.067.001 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, após a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de outubro de 2025. Adicionalmente, foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 26 de setembro de 2025 uma redução de capital no valor de R\$ 2.000. Cada ação confere direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

O prejuízo apurado no exercício de R\$ 4.997 foi integralmente absorvido mediante utilização de saldo de reservas.

(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	20.500	18.652
Suprimento de energia elétrica	20.500	18.652
Outras receitas e rendas	-	78
Outras receitas operacionais	-	78
Total da receita operacional bruta	20.500	18.730
Deduções da receita operacional		
PIS	(133)	(124)
COFINS	(615)	(573)
Outros	(123)	(117)
Total de deduções da receita operacional	(871)	(815)
Receita operacional líquida	19.629	17.915
Receita de operações com energia elétrica (em GWh)	2025	2024
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	134	123
Suprimento de energia elétrica	134	123

(17) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de curto prazo	81	42	(7.684)	(153)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	-	-	(1.543)	(522)
Subtotal	81	42	(9.226)	(674)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	(2.299)	(2.299)

Subtotal	-	-	(2.299)	(2.299)
Total	81	42	(11.526)	(2.884)

(18) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(600)	(706)	(761)	(224)	(1.361)	(930)
Material	(507)	(254)	(77)	(65)	(584)	(319)
Serviços de terceiros	(601)	(742)	(967)	(771)	(1.568)	(1.513)
Outros	(1.114)	(1.059)	(115)	(109)	(1.245)	(1.179)
Arrendamentos e aluguéis	(941)	(925)	(96)	(91)	(1.037)	(1.016)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	(1)	-	(1)	-
Outros	(173)	(134)	(18)	(18)	(191)	(152)
Total	(2.822)	(2.761)	(1.921)	(1.169)	(4.742)	(3.930)

(19) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	1.991	2.166
Atualização de créditos fiscais	4	15
Outros	115	125
Total	2.111	2.306
Despesas		
Encargos de dívidas	(3.123)	(3.426)
Outros	(509)	(558)
Total	(3.633)	(3.984)
Resultado financeiro	(1.522)	(1.678)

(20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade tem como controlador a CPFL Energia Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"), controlada pela CPFL Energia, com 51% de seu capital social.

A CPFL Energias Renováveis possui como controlador indireto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 49 % das ações e como controlador direto a CPFL Energia com 51% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, Companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente
- b) Alocação de despesas (outras contas a pagar) - Refere-se a rateios de despesas de mão-de-obra entre a CPFL Renováveis e a Companhia.

	Ativo		Passivo		Receita		Despesas	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	(1.318)	-	-	-	16.208	-	-	522
Materiais e Prestação de Serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	493	-	-	-	(77)	-
Outras Contas a Pagar								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	117	187	-	-	(2.302)	(1.760)
	<u>(1.318)</u>	<u>-</u>	<u>610</u>	<u>187</u>	<u>16.208</u>	<u>-</u>	<u>(2.379)</u>	<u>(1.238)</u>

Pessoal-chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Controladora CPFL Energias Renováveis.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(21) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Na Companhia as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice*</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo Imobilizado	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	600.000
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	90.000
Garantia	Seguro Garantia	-
Total		<u>690.000</u>

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(22) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
- Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Acompanhar o *status* dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 24.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo CPFL possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo CPFL suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo CPFL tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(23) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*)	31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	4.758	4.758
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	5.113	5.113
Total				9.871	9.871
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	12	(b)	Nível 2 (**)	50.857	50.857
Total				50.857	50.857

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Categoria/ Mensuração:

- (a) Valor justo contra o resultado
- (b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa (ii) títulos e valores mobiliários e (iii) consumidores;

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) provisões para desmobilização de ativos.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

c.1) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	4.072				556	139	278
	4.072	baixa CDI	14,90%	13,65%	556	139	278
Instrumentos financeiros passivos	(46.298)				(4.458)	(5.573)	(6.688)
	(46.298)	alta IPCA	4,26%	9,63%	(4.458)	(5.573)	(6.688)
Total	(42.226)				(3.903)	(5.434)	(6.410)
Efeitos no resultado do exercício					(3.903)	(5.434)	(6.410)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma Companhia incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seus caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	11	29	793	950	-	-	-	1.772
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	12	-	-	2.838	8.513	5.675	36.694	53.720
Total		29	793	3.788	8.513	5.675	36.694	55.492

(24) COMPROMISSOS

O cronograma de vencimentos dos principais compromissos de longo prazo da Companhia é como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	30	2.443	5.191	5.571	100.417	113.622
Total		2.443	5.191	5.571	100.417	113.622

(25) FATOS RELEVANTES

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade tomou conhecimento da ocorrência de eventos de *curtailment* que impactaram a operação de seus ativos de geração de energia.

O *curtailment* refere-se à restrição na entrega de energia elétrica imposta pelo Operador do Sistema Elétrico (ONS), decorrente de limitações operacionais do sistema e de excesso de oferta frente ao consumo.

Com o advento da Lei 15.269/25, as usinas eólicas e fotovoltaicas farão jus, mediante termo de compromisso firmado com o poder concedente, a compensação destinada à cobertura dos custos relativos à

indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, desde 1º de setembro de 2023 até a entrada em vigor da Lei. Por ainda não conhecer as condições finais do termo de compromisso, que inclusive implica renúncia ao direito sobre o qual se funda as ações judiciais em curso, a Sociedade, até a data da autorização dessas demonstrações financeiras, continua monitorando o assunto, devendo tomar sua decisão tão logo todas as condições estejam plenamente claras.

Considerando as incertezas existentes até o momento, nenhum montante foi reconhecido nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Executiva

AUGUSTO CEZAR MILEO GREGATTI
Diretor Executivo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente Financeiro Sênior
CRC 1SP321353/O-4

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: DFCD97D8-DCFC-4232-BF11-3E6F8DFA8DBE

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Pacote costa das dunas.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 36

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Douglas Correa

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

douglas.correa@pwc.com

Endereço IP: 34.100.9.85

Rastreamento de registros

Status: Original

20 de março de 2026 | 10:23

Portador: Douglas Correa

douglas.correa@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

20 de março de 2026 | 11:10

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Lia Fonseca

lia.fonseca@pwc.com

Socia

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SERASA RFB v5

Assunto: CN=LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA:23243418836

Assinatura

DocuSigned by:

69678CE1A9DA482...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.144

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://publicacao.certificadodigital.com.br/epositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 20 de março de 2026 | 10:24

Visualizado: 20 de março de 2026 | 11:06

Assinado: 20 de março de 2026 | 11:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Douglas Correa douglas.correa@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 20 de março de 2026 11:10 Visualizado: 20 de março de 2026 11:10 Assinado: 20 de março de 2026 11:10

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
-------------------------	---------------	--------------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	20 de março de 2026 10:24
Entrega certificada	Segurança verificada	20 de março de 2026 11:06
Assinatura concluída	Segurança verificada	20 de março de 2026 11:10
Concluído	Segurança verificada	20 de março de 2026 11:10

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------